

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO

DANIEL AUGUSTO MACARTI LUCENA

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COOPERATIVA DE
ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS
DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ**

São Leopoldo

2014

Daniel Augusto Macarti Lucena

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COOPERATIVA DE
ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS DOS
ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em
Cooperativismo da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Ailson Vier

São Leopoldo

2014

RESUMO

O patrimônio e sua solidez são muito importantes para as atividades cooperativas, e uma das técnicas de saber como está a situação financeira, bem como sua capacidade em honrar seus compromissos é através da análise das demonstrações contábeis, pois é nesses relatórios que evidencia toda a evolução do patrimônio aplicado pelos associados. São ferramentas de trabalho que, juntamente com outros documentos, irão servir tanto para os clientes internos (associados, conselhos fiscais, auditores) quanto para os clientes externos, para que possam tomar suas decisões em relação a cooperativa em análise. Diante disso, buscou-se neste trabalho demonstrar, através da análise das contas dos demonstrativos contábeis, quanto cada real investido na cooperativa está proporcionando de retorno aos seus associados. Para tal, realizou-se, através do estudo de caso, a análise nas demonstrações contábeis dos últimos cinco anos da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários dos Correios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – Credcorreios. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas e consultas às Normas, Resoluções e Circulares do Banco Central do Brasil, Receita Federal, Conselho Federal de Contabilidade, Organização das Cooperativas do Brasil e as próprias demonstrações contábeis da entidade em estudo. Após efetuar a avaliação geral da cooperativa nos demonstrativos do balanço patrimonial e demais demonstrações de resultado, verificando os aspectos financeiros, operacionais e administrativos, pode-se aperfeiçoar a análise utilizando técnicas adicionais. Essas técnicas são as de utilização de índices e indicadores já conhecidos no meio financeiro.

Palavras-chave: Cooperativa. Análise vertical. Análise horizontal. Patrimônio líquido.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DE PESQUISA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.3 Objetivo específico.....	8
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
2.1.2 Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício.....	10
2.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
2.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
2.2 CONTABILIDADE NAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	11
2.3 ANÁLISE DE BALANÇOS	13
2.3.1 Pequeno Histórico.....	13
2.3.2 Usuários das Informações da Análise	14
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	15
3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA	15
3.1.1 Pesquisa Qualitativa.....	15
3.2 DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE	16
3.2.1 Principais dados da CredCorreios	16
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	19
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	19
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	20
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1 ESTUDO DE CASO COOPERATIVA CREDCORREIOS	20
4.1.1 Análise Vertical	21
4.1.2 Análise Horizontal	21
4.1.3 Análise por Indicadores.....	26
4.1.4 Quocientes de Liquidez.....	27
4.1.5 Índice de Liquidez Corrente (COL)	27
4.1.6 Índice de Liquidez Seca (COLS)	28
4.1.7 Índice de Liquidez Imediata (COLI).....	29
4.1.8 Índice de Liquidez Geral (COLG).....	29
4.1.9 Quocientes de Endividamento.....	30

4.2.0 Coeficiente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (PCT/RT).....	31
4.2.1 Coeficiente de Capitais de Terceiros sobre os Capitais Próprios (CT/CP)	31
4.2.2 Coeficiente de Participação do Passivo Circulante sobre o Exigível Total – Endividamento Geral (PC/ET).....	32
4.2.3 Coeficiente de Imobilização do Capital Próprio (ICP)	33
4.2.4 Coeficiente de Imobilização dos Recursos de Longo Prazo (IRLP)	33
4.2.5 Quocientes de Rotatividade.....	34
4.2.6 Prazo de Rotação do Ativo (Giro do Ativo)	34
4.2.7 Quocientes de Rentabilidade.....	35
4.2.8 Coeficiente de Rentabilidade do Capital Social (CORCS)	35
4.2.9 Coeficiente de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (CORPL)	36
4.3.0 Coeficiente de Rentabilidade do Ativo Total (CORAT)	36
4.3.1 Quocientes de Lucratividade	37
4.3.2 Coeficiente de Lucro Operacional (COLO)	37
4.3.3 Coeficiente de Lucro Antes dos Impostos (COLAIR).....	38
4.3.4 Coeficiente de Lucro Líquido (COLL)	39
4.3.5 Outros Demonstrativos e Sistemas de Análise da CredCorreios	39
4.3.6 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	39
4.3.7 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	41
4.3.8 SIARI – Sistema de Avaliação de Risco Interno.....	42
4.3.9 Mapa Geral de Risco.....	43
4.4.0 Inadimplência	44
4.4.1 Aplicações Financeiras	45
4.4.2 Movimentação de associados, empréstimos, capital social e despesas administrativas.....	46
5 CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO	47

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da Contabilidade, segundo Marion (2010), pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade. Para Crepaldi (1998) o grande objetivo da contabilidade é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização, com ou sem fins lucrativos. Através da utilização de técnicas e ferramentas gerenciais, apresenta aos donos do negócio bem como para os demais *stakeholders*¹ a situação financeira e patrimonial da sociedade em análise. As Demonstrações Contábeis e Financeiras fazem parte das técnicas utilizadas pela contabilidade, tanto para atender aos aspectos legais, tributários e jurídicos, bem como para atender aos interesses pessoais dos associados. Através delas e utilizando-se técnicas de Análise de Balanço com interpretação de índices e valores, podemos evidenciar a real situação patrimonial e financeira de qualquer sociedade.

Ribeiro (2009, p. 7) conceitua análise de balanço como:

A Análise de Balanços é uma técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da Contabilidade. Pela análise de Balanços é possível aquilatar a situação econômica e a situação financeira da Entidade. Essa técnica contábil não se limita ao Balanço Patrimonial, alcançando, também as demais demonstrações contábeis.

Assim como as demais sociedades, as Cooperativas também são reguladas por leis e regulamentos específicos. Também devem prestar conta aos seus associados, ao Governo e a Sociedade como um todo.

¹Dentro do conceito empresarial, é a pessoa que influencia os negócios da empresa. O jornalista catarinense Felipe Godoy, especialista estratégia empresarial, apresenta a seguinte definição: “Stakeholder é uma pessoa ou um grupo que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma empresa.”

As Cooperativas de Crédito, em especial, são reguladas pelo BACEN – Banco Central do Brasil. Seguem as normas da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e a Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Elas são de singular importância para o fomento do crédito, servem a uma parte da sociedade brasileira que não tem acesso a linhas de crédito e financiamento junto aos bancos e financeiras tradicionais.

Segundo a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras tem-se a seguinte estrutura de cooperativas de crédito no Brasil:

Em seu início, apesar das dificuldades, as cooperativas tiveram grande expansão e importância dentro da realidade de muitas comunidades no país, entretanto, com o advento da regulamentação, bastante restritiva, imposta na época pelo Governo Federal o desenvolvimento do cooperativismo de crédito teve sua ascensão comprometida. Contudo, no início dos anos 80 o segmento contava com 430 cooperativas de crédito, em dezembro de 2006 contava com 1.452 cooperativas de crédito distribuídas em todo o território nacional, com maiores participações no Sudeste e Sul, além de 2.340 PACs (pontos de atendimento cooperativo) que somados às cooperativas totalizam 3.792 pontos de atendimento aos cooperados, com 3,2 milhões de associados, proporcionando 30.396 empregos diretos. A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB em sua interpretação divide o cooperativismo de crédito no país em 05 grandes blocos. Três blocos seriam os sistemas Sicredi, Sicoob e Unicred e os outros 02 seriam as cooperativas de crédito independentes e de economia solidária.

Nota-se, nesse sentido, a importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento econômico e social, tanto nas economias locais onde atuam como nas demais localidades do país. Elas surgem no Brasil em um momento muito importante da nossa sociedade e vem se desenvolvendo, se aperfeiçoando e crescendo ao longo do tempo provando sua importância, seriedade e credibilidade.

O patrimônio de uma cooperativa de crédito deve poder ser medido, mensurado, demonstrado e comparado de forma clara e transparente. Deve também obedecer todas as normas legais e estatutárias. Isso é feito através das Demonstrações

Contábeis, onde demonstram todo o histórico e evolução do capital próprio e de terceiros aplicados na cooperativa. São ferramentas de trabalho que possibilitam as tomadas de decisões tanto por parte dos associados e gestores, bem como por terceiros. São através delas que são extraídas as informações necessárias que irão determinar sua situação econômica e financeira, e se a capacidade de pagamento (liquidez) está equilibrada ou não.

A cooperativa a ser estudada no presente trabalho é a Credcorreios - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários dos Correios nos Estados do Rio Grande Do Sul, Santa Catarina e Paraná.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DE PESQUISA

As demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do Patrimônio ocorrido durante um exercício social. O exercício social, em cujo final as entidades geralmente devem apurar os seus resultados e elaborar as demonstrações contábeis, tem duração de um ano, e a data do seu término deverá estar fixada no estatuto - artigo 175 da Lei nº 6404/1976 (Ribeiro, 2009 p.37).

O problema da pesquisa:

Como demonstrar através da análise das demonstrações contábeis a evolução do patrimônio da CredCorreios. Determinar ao final a capacidade que a cooperativa tem em honrar seus compromissos através da análise vertical e horizontal das contas que compõem o seu Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras ou Perdas, juntamente com a utilização de índices e indicadores de desempenho econômicos e financeiros, fazendo uma correlação desses resultados apurados com os relatórios do Comitê de Análise de Risco.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis dos últimos três anos da CredCorreios - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Correios do Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, visando identificar os principais indicadores econômicos e financeiros.

1.2.3 Objetivo específico

- Analisar a série histórica do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Sobras ou Perdas.
- Analisar e aplicar índices da série histórica das contas patrimoniais e de resultado visando estudar sua evolução ou involução.
- Fazer correlação dos resultados apurados com os Relatórios do Comitê de Análise de Risco.
- Descrever o que aconteceu com o patrimônio da cooperativa nos anos estudados, bem como sua tendência.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste projeto é em virtude do seu pioneirismo dentro da CredCorreios, e será de relevante importância para a Diretoria Executiva, para os Conselheiros e demais associados, pois irá servir de subsídios na tomada de decisões estratégicas, e, para que possam também auxiliar no aperfeiçoamento da gestão cooperativa. A formação profissional do pesquisador na área das Ciências Contábeis e sua atuante participação na cooperativa, tanto no Comitê de Análise de Riscos, e como Conselheiro Fiscal servirá para melhor atender seus anseios e dos demais associados na compreensão do comportamento do patrimônio da cooperativa.

O tema justifica-se por servir de ferramenta para a Gestão Estratégica e Executiva das cooperativas, na tomada de decisão, uma vez que evidencia a evolução das contas patrimoniais e de resultado, indicando o comportamento da saúde financeira e econômica da cooperativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, também chamadas de Demonstrações Financeiras ou Relatórios Contábeis-Financeiros, se apresentam em forma de quadros técnicos que informam sucintamente de modo objetivo e sistematizado a situação patrimonial, financeira, econômica e dos fluxos de caixa de uma entidade, visando atender principalmente os usuários externos, os quais podem ser entidades físicas ou jurídicas, tais como investidores, acionistas minoritários, fornecedores, credores por empréstimos ou financiamentos etc., tendo em vista que esses usuários, em geral, não têm acesso às informações contábeis-financeiras que poderão atender suas necessidades específicas (Ferrari, 2014)

O art. 176 da Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei 11.638/07 elenca as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- Demonstração das Sobras ou Perdas (DSP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA), no caso de companhia aberta;

A Deliberação da CVM nº 59 de 1986 determina a obrigatoriedade da DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) para as companhias abertas, a qual incluirá, além das informações contidas na DLPA, todas as demais alterações ocorridas no patrimônio líquido, de forma que a elaboração da DMPL dispensa a elaboração da DLPA, dado que esta já está incluída naquela.

O § 4º do art. 176 da referida lei determina que as demonstrações sejam complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias.

2.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio Líquido da Entidade (NBC-T-3. 2). “Essa demonstração deve compreender todos os Bens e Direitos, tanto Tangíveis (materiais) como Intangíveis (imateriais), as Obrigações e o Patrimônio Líquido da Entidade” (RIBEIRO, 2009, p.39).

2.1.2 Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício

A DSPE Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício é a demonstração contábil que evidencia a apuração da sobra ou perda líquida de uma cooperativa referente a dado período (normalmente um ano).

A Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício (DSPE) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela cooperativa em um determinado período. No Brasil, a DSPE deve ser elaborada obedecendo ao princípio do Regime de Competência. A fim de atingir seus objetivos, demonstrações contábeis são preparadas conforme o regime contábil de competência. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando caixa ou outros recursos financeiros são recebidos ou pagos) e são lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. A DSPE é elaborada ao mesmo tempo em que se define o balanço patrimonial e não é possível conceber este relatório dissociado deste outro instrumento contábil.

2.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e deve ser incluída no balanço patrimonial. A DFC passou a ser de apresentação obrigatória para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Esta

obrigatoriedade vigora desde 01.01.2008, por força da Lei 11.638/2007, e desta forma torna-se mais um importante relatório para a tomada de decisões gerenciais. A Deliberação CVM – Comissão de Valores mobiliários 547/2008 aprovou o Pronunciamento Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos) 03, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a DFC também é de elaboração obrigatória, conforme item 3.17 (e) da NBC TG 1000. Portanto, independentemente do tipo societário adotado, as entidades devem apresentar o referido demonstrativo, pelo menos anualmente, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

2.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A demonstração das mutações do patrimônio líquido é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da entidade.

2.2 CONTABILIDADE NAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Segundo Zanluca (2014) temos as seguintes características para as cooperativas:

As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas. Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A sociedade cooperativa apresenta os seguintes traços característicos:

- É uma sociedade de pessoas;
- O objetivo principal é a prestação de serviços;
- Pode ter um número ilimitado de cooperados;
- O controle é democrático: uma pessoa = um voto;
- Nas assembleias, o “quorum” é baseado no número de cooperados;

- Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- Retorno proporcional ao valor das operações;
- Não está sujeita à falência;
- Constitui-se por intermédio da assembléia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial e publicados;
- Deve ostentar a expressão “cooperativa” em sua denominação, sendo vedado o uso da expressão “banco”;
- Neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial;
- Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

A Resolução 920/2001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – DOU 1 de 03.01.2002, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 10.8 – entidades cooperativas. Estas normas são de uso obrigatório, para qualquer cooperativa, a partir da data de sua publicação.

Para as cooperativas operadoras de saúde, as normas contábeis devem seguir a NBC T 10.21, com as modificações introduzidas pelas Resoluções 958 e 959 do Conselho Federal de Contabilidade.

A NBC T 10.8, em seu item 10.8.2.1, estipula que a escrituração contábil é obrigatória, para qualquer tipo de cooperativa. Portanto, mesmo uma pequena cooperativa (por exemplo, uma cooperativa de pescadores), deve escriturar seu movimento econômico e financeiro.

De acordo com o item 2, b, da NBC T 10.8 - IT - 01, as movimentações econômico-financeiras decorrentes dos atos não-cooperativos, praticados na forma disposta no estatuto social, denominam-se receitas, custos e despesas e devem ser registradas de forma segregada das decorrentes dos atos cooperativos, e resultam em lucros ou prejuízos apurados na Demonstração de Sobras ou Perdas.

A Lei 5.764/71, em seus artigos 87 e 88, obrigam a destinação dos resultados líquidos positivos, auferidos nas operações de atos não cooperativos, integralmente a conta FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social.

As sobras do exercício, após as destinações legais e estatutárias, devem ser postas à disposição da Assembléia Geral para deliberação, e, da mesma forma, as perdas líquidas, quando a reserva legal é insuficiente para sua cobertura, serão rateadas entre os associados da forma estabelecida no estatuto social, não devendo haver saldo pendente ou acumulado de exercício anterior (NBC T 10.8.1.8).

Até a edição da NBC T 10.8, alguns contabilistas interpretavam que a contabilidade cooperativa não poderia registrar valores de receita, custos e despesas, relativamente a operações de cooperativismo, sendo necessário debitar ou creditar os valores diretamente à conta dos associados.

A partir de 03.01.2002, esta interpretação deixou de existir, já que a NBC T 10.8 estabeleceu as regras para contabilização de receitas, custos e despesas.

Também para o atendimento da legislação do Imposto de Renda (proporcionalização das despesas indiretas e apuração do resultado tributável), PIS– Programa de Integração Social e COFINS– Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (destaque contábil das operações dos associados), é imprescindível a contabilização de todas as receitas, custos e despesas, de forma a facilitar os cálculos e atender ao controle das exigências tributárias.

2.3 ANÁLISE DE BALANÇOS

2.3.1 Pequeno Histórico

Para Padoveze (2010) podemos definir análise de balanços como a aplicação do raciocínio analítico dedutivo sobre os valores dos elementos patrimoniais e suas inter-relações, expressos nas demonstrações contábeis de uma entidade, com a finalidade de conseguir uma avaliação econômico-financeira da sua situação e do andamento de suas operações. O objetivo geral é obter elementos para o processo de avaliação da continuidade financeira e operacional da entidade analisada.

Conforme Marion (2010), por se exigir, de início, apenas o Balanço para Análise é que se introduz a expressão Análise de Balanços, que perdura até nossos dias. Com o tempo começou-se a exigir outras demonstrações para análise e para concessão de crédito, como a Demonstração do Resultado do Exercício. Todavia, a expressão Análise de Balanços já é tradicionalmente utilizada. Como forte argumento para consolidação da denominação Análise de Balanços, salientamos que a Demonstração do Resultado do Exercício foi conhecida, em certo período,

como Balanço Econômico (Balanço de Resultado). A denominação Fluxo de Caixa já foi conhecida como Balanço Financeiro; então, tudo era Balanço.

Ainda, segundo Ferrari (2014), mesmo não sendo exigida por lei, a análise das demonstrações é essencial para que se possa ter uma visão da real situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade, tanto em termos estáticos (=situação atual), quanto em termos dinâmicos (= variações ao longo do tempo). Entre outros usuários das informações fornecidas pela análise contábil, estão os administradores da entidade. Estes, através dessas informações, podem avaliar a situação real do patrimônio, como também os resultados econômicos auferidos nas operações sociais, afim de que possam direcionar suas decisões no sentido da otimização do desempenho operacional da entidade como um todo.

Os principais processos de análise utilizados são três:

- Análise Vertical;
- Análise Horizontal;
- Análise por Quocientes.

2.3.2 Usuários das Informações da Análise

Segundo Ferrari (2014), temos os seguintes usuários:

- BANCOS – Sobretudo, estes precisam conhecer o risco de seus créditos concedidos às empresas em geral, principalmente com o uso dos índices de liquidez e endividamento.
- ADMINISTRADORES – Sempre visando à otimização da retomada de decisões, estes precisam dos resultados da análise, com os quais poderão avaliar o desempenho da empresa ao longo do tempo, principalmente na análise dos índices de rentabilidade e estrutura de capitais, determinando os pontos que precisam ser aprimorados.
- SÓCIOS – Através dos índices de rentabilidade, sobretudo, tal como rentabilidade de capitais próprios, esses avaliam os retornos financeiros e econômicos de seus investimentos na empresa.
- GOVERNO – Este, nas três esferas, pode utilizar a análise como ferramenta auxiliar na auditoria fiscal das empresas. Além disso, a análise pode ser utilizada pelo Governo nos processos de concorrência pública, quando há

necessidade da melhor decisão da contratação de fornecedores de bens ou serviços, a fim de evitar prejuízos em função desses não honrarem seus contratos, dada a possível fragilidade econômica e financeira desses fornecedores.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para realizar este trabalho, serão analisadas e comparadas as demonstrações contábeis e financeiras, como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e outros relatórios gerenciais. O período compreendido é o dos últimos três anos de forma a verificar as correlações entre eles e a evolução patrimonial da cooperativa.

“Consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Geralmente o método comparativo aborda duas séries de natureza analógica tomadas de meios sociais ou de outra área do saber, a fim de detectar o que é comum a ambos” (FACHIN, 2001, p.37).

3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

3.1.1 Pesquisa Qualitativa

Para Minayo (2003, p.16-18), metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

Serão obtidos dados descritivos diretamente com a CredCorreios e também vai-se interagir com a situação objeto do estudo. Ter-se-á o cuidado em entender os fenômenos segundo a perspectiva do Sistema de Crédito Cooperativo, para somente após interpretar os fenômenos estudados.

Serão analisados os dados dos Balanços Patrimoniais, Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício, Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido dos anos de 2011 a 2013 da cooperativa.

3.1.2 Estudo de Caso

Fidel (1992) refere que o método de estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do investigador.

Da mesma forma, Ponte (2006) considera que:

“É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de certo fenômeno de interesse.”

Através do estudo de caso da CredCorreios serão analisados as tendências dos índices e indicadores apurados nos demonstrativos contábeis e demais fontes de pesquisa. Através da análise e estudo de caso das amostras, serão evidenciadas as decisões tomadas pelos seus Gestores ao longo dos três períodos analisados, bem como sua forma de administrar e gerir os recursos dos associados e projetar uma tendência para o futuro da cooperativa.

3.2 DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

3.2.1 Principais dados da CredCorreios

No dia 7 de maio de 1974, um grupo de 31 empregados dos Correios reuniu-se em Porto Alegre, para fundar uma cooperativa de economia e crédito mútuo. Com um capital inicial de Cr\$ 310,00 (trezentos e dez cruzeiros), eles tinham o objetivo de oferecer crédito facilitado aos associados e, também, incentivar a cultura do poupar. “Tomamos por base a Cooperativa do SESI– Serviço Social da Indústria que oferecia diversos convênios e, realmente, facilitava a vida dos cooperados”, conta uma sócio-fundadora.

Eles andaram de sala em sala buscando adesões e explicando como funcionava o cooperativismo. Depois de conseguir 31 pessoas interessadas, foi elaborada a

minuta do primeiro estatuto, aprovado por unanimidade na assembléia de fundação da Cooperativa.

Atualmente a CredCorreios recebeu autorização do Banco Central para atuar também nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Para que isso fosse possível foi alterado o estatuto que ficou em seu Artigo I com a seguinte redação:

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários dos Correios nos Estados do Rio Grande Do Sul, Santa Catarina e Paraná – CredCorreios, considerada cooperativa singular e de responsabilidade limitada, na conceituação da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 em seus Artigos 6º e 11, respectivamente, que se regerá por esta Lei e pela de nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como pela regulamentação baixada pelas autoridades normativas e pelo seu Estatuto Social, tendo sua área de ação limitada aos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Muito mais do que oferecer crédito pessoal facilitado, o objetivo maior da Credcorreios é incentivar uma vida financeira saudável e planejada, para que seus associados possam ter uma melhor qualidade de vida, com conforto e realização.

Desde 1974, os funcionários dos Correios da DR/RS contam com sua Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, a CredCorreios, que busca incentivar a economia solidária e facilitar o crédito, para que seus participantes não se tornem reféns dos juros abusivos.

Hoje a Credcorreios tem 1.711 associados, sede própria e novos produtos e serviços. Além de oferecer crédito sem burocracia, a Cooperativa investe na capacitação de seus associados com a manutenção de bolsas de estudo, divulga os princípios do cooperativismo e, por meio do Pouprev, considerado como a “caderneta de poupança do associado” é uma operação financeira em que o associado aplica seus recursos excedentes na Cooperativa para render juros e participar das sobras no final do Exercício. Remuneração superior à da poupança com o Depósito Programado e o Recibo de Depósito Cooperativo que, conforme o capital aplicado e o tempo determinado pelo associado para resgate do investimento podem render até 98% da taxa CDI. Incentivo a economia mútua.

- **Missão** - Captar e gerir com excelência os recursos financeiros dos associados, bem como fomentar seu desenvolvimento com ênfase na cooperação.
- **Visão** - Ser conhecida e reconhecida pelos empregados dos correios nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná como Instituição Financeira.
- **Valores** - Transparência, credibilidade, cooperativismo e respeito aos associados.

3.2.2 Estrutura Funcional da CredCorreios

A Credcorreios conta atualmente com cinco funcionárias efetivas, sendo uma Gerente e mais quatro Auxiliares Administrativas. Contamos, portanto com este quadro funcional para a operacionalização de todo o processo de comunicação da cooperativa, tanto com seus associados quanto com o público externo, clientes, fornecedores e público em geral.

Organograma

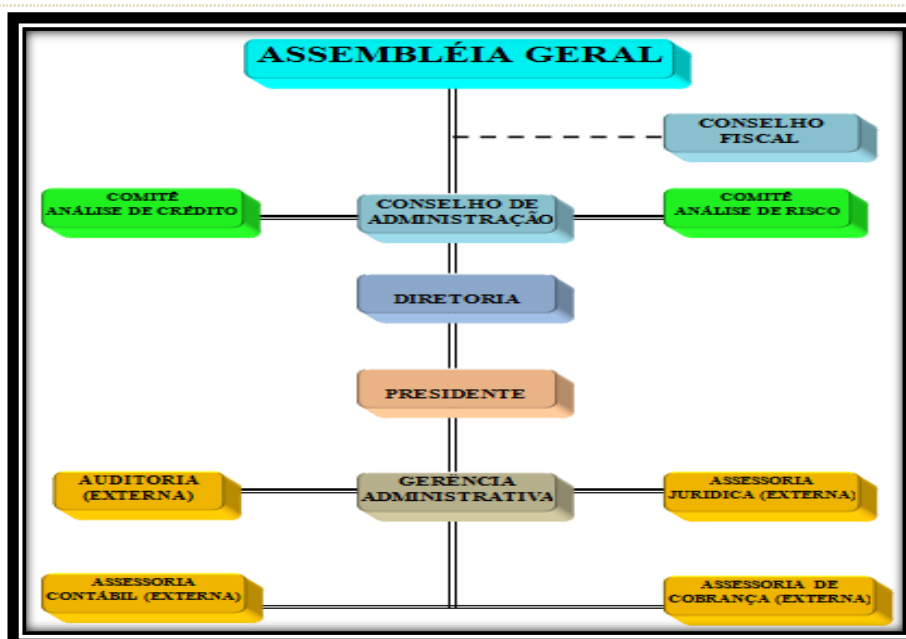


Figura 1 – Organograma
Fonte: CredCorreios

A CredCorreios está atualmente localizada na sua sede própria na Av. Borges de Medeiros, 340/61, no centro de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Possui uma sala locada na cidade de Florianópolis em Santa Catarina.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, através das quais servirão para obter os dados necessários e relevantes para a elaboração deste trabalho.

Quando se referem à pesquisa bibliográfica, quer dizer que foi realizada uma investigação sobre os trabalhos e os estudos de outras pessoas.

De acordo com Oliveira (2007) a pesquisa bibliográfica é o estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sendo a principal finalidade proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo.

Quando a investigação é feita a partir de documentos os quais são registrados determinados fatos, estamos nos referindo à pesquisa documental.

Segundo Santos (2000):

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – (pintura, escultura, desenho, etc.), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Neste trabalho serão apresentadas as análises das demonstrações contábeis e financeiras da CredCorreios, em conjunto com os relatórios e atas do Comitê de Análise de Risco. Utilizou-se o método de análise qualitativa de dados, de forma a evidenciar sua importância como ferramenta auxiliar no dia-a-dia para tomada de decisão. Serão coletados e analisados os dados divulgados nos Balanços Patrimoniais, Demonstrativos de Sobras ou Perdas do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa. O período

compreendido serão os três últimos anos das atividades da CredCorreios, ou seja, 2011 a 2013.

As análises se darão através da técnica de utilização de índices e coeficientes normalmente utilizados para estes fins.

Os resultados das análises das demonstrações contábeis também serão comparados juntamente com as atas e dados apresentados pelo Comitê de Análise de Risco da cooperativa.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Segundo Ferrari (2014) apesar da análise das demonstrações contábeis basear-se em indicadores obtidos através de cálculos matemáticos, essa técnica não é uma ciência exata, pois não há forma científica comprovada de relacionar tais indicadores de maneira a se dar um diagnóstico irrefutável do perfil econômico, financeiro e de desempenho da entidade portadora das demonstrações analisadas. Dessa forma, a análise pode ser interpretada como a técnica de obtenção de dados úteis fornecidos pelas demonstrações contábeis para o propósito que se deseja alcançar.

Assim, com o mesmo conjunto de indicadores obtidos a partir de dados extraídos das demonstrações contábeis, vários analistas podem chegar a conclusões próximas, mas nunca exatamente iguais ou totalmente distintas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ESTUDO DE CASO COOPERATIVA CREDCORREIOS

Conforme Padoveze (2010) além dos indicadores, a transformação dos valores das demonstrações financeiras em números relativos ou percentuais é de grande valia para a análise financeira, cujo objetivo é melhorar sua visibilidade e possibilitar a identificação de pontos positivos ou negativos. Este instrumental básico tem sido denominado *análise vertical e horizontal*. A primeira caracteriza-se como uma análise de estrutura ou participação, e a segunda consiste em uma mensuração da variação de crescimento ou decréscimo do valor dos elementos constantes das demonstrações financeiras.

4.1.1 Análise Vertical

Para Padoveze (2010), *análise vertical* é o estudo de participação percentual ou de estrutura dos elementos das demonstrações contábeis. Assume-se como 100% um determinado elemento patrimonial que, em princípio, deve ser o mais importante, e faz-se uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele.

Para o Balanço Patrimonial convencionou-se adotar como 100% o total do Ativo e do Passivo. Para a Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício, estabeleceu-se adotar como 100% o valor total da Receita da Intermediação Financeira.

A análise vertical da Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício é muito mais relevante do que a do Balanço Patrimonial, atribuiu-se 100% à Receita da Intermediação Financeira, nos dando assim uma visão da estrutura de custos e despesas da cooperativa, em termos de média sobre as vendas.

4.1.2 Análise Horizontal

Ainda, segundo Padoveze (2010), *análise horizontal* é uma averiguação da evolução, crescimento ou diminuição, que permite identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior. Tomam-se como 100% todas as contas de um determinado período e faz-se uma relação percentual em cima dos dados desse período. O novo número relativo indica quanto o período subsequente é maior ou menor que o período anterior. Como é comum utilizar vários períodos, a variação seqüencial e consecutiva acaba indicando uma tendência de crescimento (ou diminuição).

Padoveze (2010) diz que a análise horizontal considerando a moeda corrente do país, sem o expurgo dos efeitos inflacionários, é denominada *análise horizontal nominal (AHN)*. Introduzindo-se um índice de inflação para retirar os efeitos inflacionários, obtém-se a *análise horizontal real (AHR)*.

Esta técnica é totalmente recomendável quando se utilizam mais de dois períodos ou sempre em caso de ambiente conjuntural com altas taxas de inflação permanentemente. A fórmula para calcular a variação real, sem inflação, é a seguinte:

$$AHR = \left(\left(\frac{\text{Análise Horizontal Nominal}}{\text{Índice de Inflação do Período}} \right) - 1 \right) \times 100$$

Os dados apresentados nas demonstrações contábeis a seguir são expressos em moeda corrente. No caso tivemos o cuidado de levarmos em consideração a inflação acumulada em cada período analisado, apresentando dessa forma valores reais. Para os demonstrativos a seguir tanto os Balanços Patrimoniais como da Demonstração de Sobras ou Perdas do Período, utilizamos o **IGP-M** – Índice Geral de Preços do Mercado da **FGV** – Fundação Getúlio Vargas, que nos períodos analisados 2011, 2012 e 2013 foram os seguintes:

IGP-M(FGV)	Índice Acumulado do Ano(Jan a Dez) em %
dez/11	5,0977400
dez/12	7,8119200
dez/13	5,5256500

Tabela: 1.1 IGP-M

Fonte: BCB - Banco Central do Brasil

A seguir são apresentados os Balanços Patrimoniais e a Demonstrações de Sobras e Perdas do período de 2011 a 2013 da CredCorreios (Tabelas 1.2 e 1.3), bem como a metodologia de cálculo da análises *vertical* e *horizontal* das mesmas.

A *análise vertical e horizontal* devem ser feitas em conjunto, visando a inter-relação entre os elementos patrimoniais e seus valores. Um elemento patrimonial pode ter tido um uma variação patrimonial de crescimento ou diminuição fora do comum, mas se a sua representatividade em relação aos demais elementos é pequena, essa variação é irrelevante.

Tanto para a *análise horizontal* do Balanço Patrimonial quanto para a *análise horizontal* da Demonstração de Sobras ou Perdas, foi mantida apenas uma base de cálculo que no caso foi o ano base de 2011, onde foi verificada a variação acumulada de cada período posterior (2012 e 2013) em relação ao período base.

Para a *análise vertical do balanço patrimonial* foi considerado como 100% o total do Ativo e do Passivo, indicando quanto representa cada elemento patrimonial em relação a esses totais, verificando-se assim, a participação desses no ativo total. A fórmula de cálculo da análise vertical do balanço patrimonial (AVBP) é então:

$$AVBP = \frac{\text{Elemento Patrimonial do Ativo ou Passivo}}{\text{Ativo (Passivo)Total}} \times 100$$

Para a análise vertical da demonstração de sobras ou perdas do exercício (AVDSPE) tomaremos como referência a Receita da Intermediação Financeira que passará a representar 100%. A partir daí, iremos calcular a relação percentual de todos os demais elementos dessa demonstração para verificar o quanto cada um representará em relação à Receita da Intermediação Financeira. Essa análise irá nos permitir verificar a estrutura dos custos e despesas da cooperativa e mensurar a margem de lucratividade das vendas. A fórmula é:

$$\text{AVDSPE} = \frac{\text{Elemento de Despesa, Receita ou Resultado da Demonstração de Sobras ou Perdas}}{\text{Receita da Intermediação Financeira}} \times 100$$

ATIVO	Exercício 2011		Exercício 2012			Exercício 2013		
	R\$	AV %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
CIRCULANTE	2.123.935,00	74,83%	2.214.895,03	65,57%	4,28%	2.740.636,22	77,16%	29,04%
DISPONIBILIDADES	119.043,38	4,19%	7.093,96	0,21%	(94,04)%	3.753,30	0,11%	(96,85)%
Caixa	247,38	0,01%	62,65	0,00%	(74,67)%	70,80	0,00%	(71,38)%
Depósitos Bancários	118.796,00	4,19%	7.031,31	0,21%	(94,08)%	3.682,50	0,10%	(96,90)%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	804.954,57	28,36%	821.628,20	24,32%	2,07%	1.193.406,08	33,60%	48,26%
Fundos de Investimento	804.954,57	28,36%	821.628,20	24,32%	2,07%	1.161.748,38	32,71%	44,32%
Títulos de Capitalização	-	0,00%	-	0,00%	-	31.657,70	0,89%	-
OPERAÇÕES CRÉDITO	1.158.880,56	40,83%	1.337.791,79	39,60%	15,44%	1.490.690,29	41,97%	28,63%
Empréstimos	1.356.778,22	47,80%	1.402.940,52	41,53%	3,40%	1.590.113,41	44,77%	17,20%
(-) Rendas a Apropriar	(46.308,64)	(1,63)%	(8.360,53)	(0,25)%	(81,95)%	(6.320,95)	(0,18)%	(86,35)%
(-) Provisão de Crédito	(151.589,02)	(5,34)%	(56.788,20)	(1,68)%	(62,54)%	(93.102,17)	(2,62)%	(38,58)%
OUTROS CRÉDITOS	18.997,05	0,67%	42.540,10	1,26%	123,93%	45.764,29	1,29%	140,90%
Empresa Desconto em Folha	504,49	0,02%	41.831,20	1,24%	8191,78%	17.353,88	0,49%	3339,89%
Devedores Diversos	18.492,56	0,65%	708,90	0,02%	(96,17)%	28.410,41	0,80%	53,63%
OUTROS VALORES E BENS	22.059,44	0,78%	5.840,98	0,17%	(73,52)%	7.022,26	0,20%	(68,17)%
Almoxarifado	22.059,44	0,78%	5.840,98	0,17%	(73,52)%	7.022,26	0,20%	(68,17)%
NÃO CIRCULANTE	714.268,61	25,17%	1.163.166,35	34,43%	62,85%	811.418,08	22,84%	13,60%
OPERAÇÕES CRÉDITO	651.083,77	22,94%	1.077.736,70	31,90%	65,53%	728.228,31	20,50%	11,85%
Empréstimos	754.183,62	26,57%	1.123.485,77	33,26%	48,97%	773.526,86	21,78%	2,56%
(-) Provisão de Crédito	(103.099,85)	(3,63)%	(45.749,07)	(1,35)%	(55,63)%	(45.298,55)	(1,28)%	(56,06)%
PERMANENTE	63.184,84	2,23%	85.429,65	2,53%	35,21%	83.189,77	2,34%	31,66%
IMOBILIZADO	63.184,84	2,23%	85.429,65	2,53%	35,21%	83.189,77	2,34%	31,66%
Imóveis de Uso	61.986,65	2,18%	63.587,47	1,88%	2,58%	62.239,03	1,75%	0,41%
Mobiliários	4.131,39	0,15%	27.621,37	0,82%	568,57%	33.261,64	0,94%	705,10%
Máquinas e Equip. de Uso	10.703,68	0,38%	13.885,99	0,41%	29,73%	13.591,52	0,38%	26,98%
Equipamentos Proc. Dados	12.033,11	0,42%	5.501,64	0,16%	(54,28)%	8.940,94	0,25%	(25,70)%
(-) Depreciações Acumuladas	(25.669,99)	(0,90)%	(25.166,82)	(0,75)%	(1,96)%	(34.843,36)	(0,98)%	35,74%
TOTAL DO ATIVO	2.838.203,61	100,00%	3.378.061,38	100,00%		3.552.054,30	100,00%	
PASSIVO	Exercício 2011		Exercício 2012			Exercício 2013		
	R\$	AV %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
CIRCULANTE	427.276,93	15,05%	527.951,71	15,63%	23,56%	397.838,04	11,20%	(6,89)%
DEPÓSITOS	180.404,08	42,22%	195.110,83	36,96%	8,15%	225.106,98	56,58%	24,78%
Depósitos a Prazo	180.404,08	100,00%	195.110,83	100,00%	8,15%	225.106,98	100,00%	24,78%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	246.872,85	57,78%	332.840,88	63,04%	34,82%	172.731,06	43,42%	(30,03)%
Sociais e Estatutárias	192.952,47	78,16%	299.259,49	89,91%	55,09%	127.177,67	73,63%	(34,09)%
Fiscais e Previdenciárias	36.021,32	14,59%	9.648,70	2,90%	(73,21)%	17.281,24	10,00%	(52,02)%
Credores Diversos	17.899,06	7,25%	23.932,69	7,19%	33,71%	28.272,15	16,37%	57,95%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.410.926,68	84,95%	2.850.109,67	84,37%	18,22%	3.154.216,26	88,80%	30,83%
Capital Social	2.277.825,89	94,48%	2.618.335,81	91,87%	14,95%	3.032.431,30	96,14%	33,13%
Reserva Legal	86.995,25	3,61%	110.753,47	3,89%	27,31%	109.820,02	3,48%	26,24%
Sobras à Disposição da AGO	46.105,54	1,91%	121.020,39	4,25%	162,49%	11.964,94	0,38%	(74,05)%
TOTAL DO PASSIVO	2.838.203,61	100,00%	3.378.061,38	100,00%		3.552.054,30	100,00%	

Tabela: 1.2 Balanço Patrimonial

Fonte: CredCorreios

Analisando os Balanços Patrimoniais de CredCorreios nos três últimos anos, podemos observar que dividindo-se o patrimônio líquido pelo total do passivo (análise vertical) vamos ter o coeficiente de participação. Obtivemos os índices de 84,95% em 2011, de 84,37% em 2012 e de 88,80% em 2013, evidenciando que a cooperativa é intensiva em capital, isto é, uma empresa que tem mais de 50% das origens de seus recursos patrimoniais concentrados no capital próprio. Os valores do patrimônio líquido tiveram um incremento da ordem de 18,22% de 2011 para 2012 e de 30,83% de 2011 para 2013 (análise horizontal).

Podemos observar no ativo que o grupo com maior participação é o circulante correspondendo a 74,83% em 2011, a 65,57% em 2012 e a 77,16% em 2013, do total do ativo, o que significa que os recursos aplicados no patrimônio da cooperativa, são de curto prazo (ativo circulante), indicando que ela tem alto capital de giro, intensificado principalmente em 2013, onde ocorreu um acréscimo de 29,04% em comparação com 2009 (análise horizontal) ao mesmo tempo em que os recursos correntes (passivo circulante) representaram 15,05% em 2011, 15,63% em 2012 e 11,20% em 2013 das origens dos recursos patrimoniais, evidenciando uma ótima situação financeira, pois não há nenhuma tendência de insolvência da cooperativa a curto prazo, ou seja, ela não tem nenhum problema de honrar seus compromissos no curto prazo, o que indicou o ano de 2013 como o mais favorável nesse sentido, em comparação ao ano de 2009, indicando uma queda acentuada de (6,89%).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DO EXERCÍCIO	Exercício 2011		Exercício 2012			Exercício 2013		
	R\$	AV %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	695.779,83	100,00%	840.612,48	100,00%	20,82%	732.603,95	100,00%	5,29%
<i>Rendas de Operações de Crédito</i>	614.166,09	88,27%	726.500,95	86,43%	18,29%	671.907,23	91,71%	9,40%
<i>Rendas de Títulos e Valores Mobiliários</i>	81.613,74	11,73%	48.891,35	5,82%	(40,09)%	60.696,72	8,29%	(25,63)%
<i>Reversão Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa</i>	-	-	65.220,18	7,76%	-	-	-	-
(-) DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(101.881,60)	(14,64)%	(15.604,78)	(1,86)%	(84,68)%	(119.248,14)	(16,28)%	17,05%
<i>Despesas Captação no Mercado</i>	(10.658,12)	10,46%	(15.604,78)	100,00%	46,41%	(11.149,89)	9,35%	4,61%
<i>Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa</i>	(91.223,48)	89,54%	-	-	(100,00)%	(108.098,25)	90,65%	18,50%
(=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	593.898,23	85,36%	825.007,70	98,14%	38,91%	613.355,81	83,72%	3,28%
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(457.559,07)	(65,76)%	(637.319,30)	(75,82)%	39,29%	(546.975,41)	(74,66)%	19,54%
<i>Receita de Prestação de Serviços</i>	-	-	-	-	-	1.506,10	0,25%	-
<i>Receitas de Recuperação Despesas</i>	1.340,00	(0,29)%	-	-	(100,00)%	-	-	(100,00)%
<i>Despesas de Pessoal</i>	(143.855,03)	31,44%	(244.434,42)	38,35%	69,92%	(299.085,40)	54,68%	107,91%
<i>Outras Despesas Administrativas</i>	(206.595,17)	45,15%	(224.271,98)	35,19%	8,56%	(219.048,52)	40,05%	6,03%
<i>Despesas Tributárias</i>	(4.936,00)	1,08%	(2.251,92)	0,35%	(54,38)%	(4.397,41)	0,80%	(10,91)%
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	1.584,87	(0,35)%	18.483,92	(2,90)%	1066,27%	8.923,93	(1,63)%	463,07%
<i>Outras Despesas Operacionais</i>	(105.097,74)	22,97%	(184.844,90)	29,00%	75,88%	(34.957,33)	6,39%	(66,74)%
(=) RESULTADO OPERACIONAL	136.339,16	19,60%	187.688,40	22,33%	37,66%	66.380,40	9,06%	(51,31)%
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(4.812,34)	(0,69)%	3.255,51	0,00	(167,65)%	6.110,35	0,01	(226,97)%
(=) RESULTADO ANTES TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PART.	131.526,82	18,90%	190.943,91	22,71%	45,17%	72.490,75	9,89%	(44,89)%
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.185,49)	(17,63)%	(13.688,00)	(7,17)%	(40,96)%	(17.675,68)	(24,38)%	(23,76)%
(=) RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	108.341,33	15,57%	177.255,91	21,09%	63,61%	54.815,07	7,48%	(49,41)%
(-) Reserva Legal	(5.424,21)	(5,01)%	(17.725,58)	(10,00)%	226,79%	(1.407,64)	(2,57)%	(74,05)%
(-) FATES	(2.712,09)	(2,50)%	(8.862,79)	(5,00)%	226,79%	(703,82)	(1,28)%	(74,05)%
(-) FATES Atos com não associados	(54.099,49)	(41,13)%	(29.647,15)	(15,53)%	(45,20)%	(40.738,67)	(56,20)%	(24,70)%
(=) SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	46.105,54	6,63%	121.020,39	14,40%	162,49%	11.964,94	1,63%	(74,05)%

Tabela: 1.3 Demonstração de Sobras ou Perdas

Fonte: CredCorreios

A análise vertical da DSPE da CredCorreios teve como base a Receita da Intermediação Financeira, enquanto a análise horizontal (seqüencial) teve como base o ano de 2011.

Analisando a Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício dos três últimos anos, observa-se que o Resultado Bruto da Intermediação Financeira representou 85,36% da Receita da Intermediação Financeira em 2011, em 2012 foi de 98,14% e em 2013 recuou para 83,72%, representando um acréscimo de 38,91% de 2011 para 2012 e de apenas 3,28% em 2013 também em relação a 2011 (análise horizontal), ou seja, 14,64% da Receita da Intermediação Financeira foram consumidas pelas Despesas de Intermediação Financeira (Despesas de Captação e Provisões P/CLD) em 2011, diminuindo para 1,86% em 2012 e em 2013 voltou a aumentar, passando para 16,28%, isso representou uma diminuição percentual de 84,68% em 2012 comparado com 2011 e de um aumento dessas despesas na ordem de 17,05% em 2013 em relação a 2011 (análise horizontal).

A margem operacional de lucro foi de 18,90% em 2011, de 22,71% em 2012, e de 9,89% em 2013, isto é, 81,10% da Receita da Intermediação Financeira foram consumidas pelos custos e despesas operacionais em 2011, já em 2012 este

percentual diminuiu para 77,29%, voltando a crescer consideravelmente em 2013 representando 90,11%. Essas margens de lucro aumentaram 45,17% em 2012 em relação a 2011 e diminuíram 9,89% em 2013 também comparando com 2011 (análise horizontal).

A participação do Resultado Antes das Destinações em 2011 foi de 15,57%, em 2012 representou 21,09%, e diminuiu para 7,48% em 2013, que também podemos chamar de margem líquida de lucro, isto é, 84,43% da Receita da Intermediação Financeira foram consumidas por custos operacionais, despesas e tributos em 2011, diminuindo para 78,91% em 2012 e voltando a aumentar para 92,52% em 2013.

4.1.3 Análise por Indicadores

Para Padoveze (2010) o conjunto de indicadores econômico-financeiros é o instrumental que classicamente representa o conceito de análise de balanço. Basicamente, consiste em números e percentuais resultantes das diversas inter-relações possíveis entre os elementos patrimoniais constantes do balanço e da demonstração de resultados (sobras ou perdas).

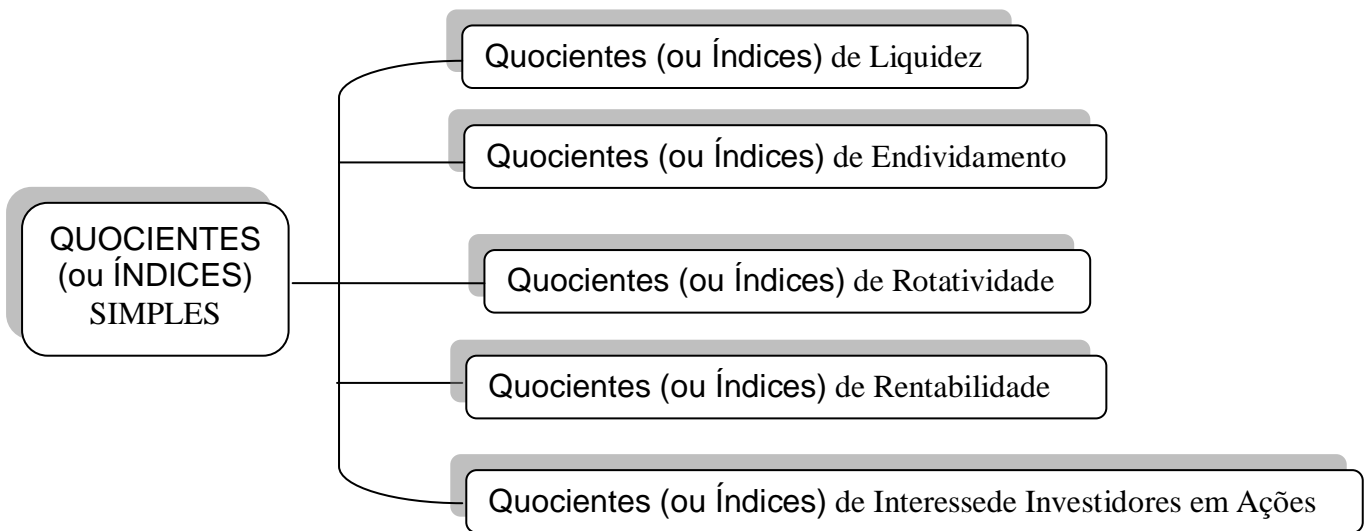
Para Iudícibus (1998) temos os quocientes de relacionamento estático, onde se retratam os principais quocientes que representam o relacionamento de uma conta com determinado saldo, em certo momento, com outra apresentando outro saldo, porém no mesmo momento. Não deixa de ser uma análise vertical, somente que não limitada a contas dentro do mesmo “lado” do balanço, podendo inter-relacionar contas do passivo com ativo e vice-versa.

Também se costuma utilizar o termo “coeficientes” para este tipo de análise.

Através da interpretação dos coeficientes poderemos identificar as tendências para o futuro financeiro e econômico da cooperativa, bem como comparar com o que foi pré-estabelecido.

Existem inúmeros coeficientes, mas os mais utilizados dividem-se em Financeiros e Econômicos. Os financeiros como o próprio nome já diz, avaliam a estrutura financeira da cooperativa e os econômicos avaliam a dinâmica da empresa.

Para Ferrari (2014) os indicadores da análise por quocientes, os quais são chamados de quocientes (ou índices), podem ser obtidos de forma simples ou complexa. Os quocientes simples mais utilizados na análise contábil, inclusive a combinação de alguns desses quocientes, os quais combinados darão origem a outros indicadores mais complexos são:



4.1.4 Quocientes de Liquidez

Conforme Marion (2010) são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Para Ferrari (2014) o objetivo geral desses quocientes é avaliar a situação financeira da empresa, medindo, em geral, a capacidade de a empresa pagar suas dívidas a curto e/ou longo prazo, utilizando os recursos aplicados no ativo. Quanto maior for o valor dos índices de liquidez, maior será a capacidade de a empresa pagar suas dívidas.

No estudo de caso da CredCorreios serão analisados os três últimos Balanços Patrimoniais que no caso são os de 2011, 2012 e 2013.

Os índices (ou coeficientes) de liquidez mais conhecidos são os seguintes:

- Liquidez Corrente;
- Liquidez Seca;
- Liquidez Imediata;
- Liquidez Geral;

4.1.5 Índice de Liquidez Corrente (COL)

Mede a capacidade de a empresa pagar suas dívidas a curto prazo, utilizando os recursos aplicados na ativo circulante. Neste coeficiente relacionam-se os valores

disponíveis e conversíveis em dinheiro em curto prazo (360 dias) com as dívidas/obrigações que devem ser pagas também em curto prazo. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COL = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Liquidez Corrente						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Ativo Circulante	2.123.934,99	4,97	2.214.895,03	4,20	2.740.636,21	6,89
Passivo Circulante	427.276,92		527.951,71		397.838,04	

A CredCorreios obteve no ano de 2011 um coeficiente de liquidez corrente de 4,97 e de 4,20 e 6,89 para os anos de 2012 e 2013 respectivamente. Significa dizer que no ano de 2011 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a cooperativa possuía R\$ 4,97 em disponibilidades e realizáveis em curto prazo para cumprir seus compromissos. Nos anos de 2012 houve uma pequena queda neste índice, passando para R\$ 4,20 de disponibilidades e realizáveis em curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas/obrigações de curto prazo, mas ainda continuou excelente, pois permaneceu acima do esperado. Já em 2013 este índice superou os dos anos de 2011 e 2012 passando para R\$ 6,89 de disponibilidades e realizáveis em curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas/obrigações de curto prazo. Considerando o histórico dos três períodos analisados, verifica-se que a cooperativa tem mais que o dobro de capacidade financeira de honrar seus compromissos no curto prazo.

4.1.6 Índice de Liquidez Seca (COLS)

Mede a capacidade de a empresa pagar suas dívidas a curto prazo, utilizando os recursos aplicados no ativo circulante, sem contar com seus estoques, devido à dificuldade de muitas empresas em realizar financeiramente seus estoques.

Obs.: Deixamos de avaliar este índice tendo em vista que a Credcorreios não opera com estoques. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLS = \frac{AC - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

4.1.7 Índice de Liquidez Imediata (COLI)

Mede a capacidade de a empresa pagar suas obrigações a curtíssimo prazo. A necessidade de um maior ou menor valor para esse índice está intimamente relacionada ao ramo de atividade da empresa.

Para Ferrari (2014) as empresas que realizam grande parte de suas operações à vista têm maior necessidade de elevados índices de liquidez imediata. Da mesma forma, as instituições financeiras também necessitam de elevados valores para tais índices.

Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relacionamos dinheiro disponível com valores, que vencerão em datas as mais variadas possíveis, embora a Curto Prazo. Assim temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também as que vencerão daqui a 360 dias, e que não se relacionam com a disponibilidade imediata. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez Imediata						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Disponibilidades	119.043,38	0,28	7.093,98	0,01	3.753,29	0,01
Passivo Circulante	427.276,92		527.951,71		397.838,04	

A CredCorreios apresentou em 2011, 2012 e 2013 os coeficientes de liquidez imediata de 0,28 em 2011 e de 0,01 em 2012 e 2013. Significa dizer que no ano de 2011 para cada R\$ 1,00 de dívida de curtíssimo prazo a cooperativa possuía R\$ 0,28 em disponibilidades para cumprir seus compromissos, tendo uma queda se aproximando de zero nos anos de 2012 e 2013 sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida de curtíssimo prazo a cooperativa possuía R\$ 0,01 em disponibilidades para cumprir seus compromissos nesses dois últimos anos.

4.1.8 Índice de Liquidez Geral (COLG)

Mede a capacidade de a empresa pagar suas dívidas a curto e longo prazo, utilizando os recursos aplicados no ativo circulante e no ativo não circulante.

Segundo Ferrari (2014) para que seja considerada boa a situação financeira de uma empresa, é necessário que a liquidez geral seja superior a 1. Lembramos, no entanto, que todos os resultados na análise são relativos. Em alguns casos, é possível, por exemplo, que uma empresa que apresente liquidez geral inferior a 1 esteja melhor financeiramente que outra do mesmo ramo que apresente o mesmo índice superior a 1. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLG = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC}$$

Liquidez Geral						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	2.775.018,76	6,49	3.292.631,72	6,24	3.468.864,52	8,72
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	427.276,92		527.951,71		397.838,04	

A CredCorreios apresentou nos anos de 2011 a 2013 os coeficientes de liquidez geral de 6,49 de 6,24 e de 8,72 respectivamente. Nesse caso cooperativa dispunha para cada R\$ 1,00 de exigibilidade total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) R\$ 6,49 de realizável (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) e em 2012 houve uma pequena queda passando para R\$ 6,24 de realizável para cada R\$ 1,00 de exigibilidade total, recuperando-se consideravelmente em 2013 passando para R\$ 8,72 de realizável para cada R\$ 1,00 de exigibilidade total. A cooperativa apresentou nesse indicador mais que o triplo de condições de honrar seus compromissos a curto e a longo prazo, utilizando-se dos recursos do Ativo Circulante e Não Circulante.

4.1.9 Quocientes de Endividamento

Segundo Ferrari (2014) também são chamados de quocientes de estrutura de capitais, esses índices têm por objetivo geral a avaliação do grau de dependência de uma empresa em relação aos capitais de terceiros ou, em outras palavras, avaliam a política de obtenção de recursos. Em geral, quanto mais uma empresa utiliza capitais de terceiros para financiar seus investimentos totais em ativos, mais endividada está, sendo pior para a empresa, principalmente no caso da assunção de dívidas onerosas.

4.2.0 Coeficiente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (PCT/RT)

Como a soma do Exigível Total + Patrimônio Líquido é igual ao valor do Ativo Total, logo, este coeficiente mostra quanto do ativo total é financiado com recursos de terceiros. Normalmente é expresso em percentagem. Quanto maior o quociente mais endividada estará a empresa, maior será o risco de ela não conseguir quitar seus compromissos. A despesa financeira também aumentará, diminuindo o lucro. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$PCT/RT = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + PL}$$

Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (PCT/RT)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Exigível Total	427.276,92	0,15	527.951,71	0,16	397.838,04	0,11
Exigível Total + Patrimônio Líquido	2.838.203,61		3.378.061,38		3.552.054,30	

Os coeficientes apresentados pela CredCorreios foram 0,15 para 2011 e de 0,16 e 0,11 para nos anos de 2012 e 2013 respectivamente. É comum apresentar estes coeficientes em termos de percentagem, neste caso basta multiplicá-los por 100 obtendo-se 15,0%, 16,0% e 11,0%. Como o Ativo Total corresponde à soma do Exigível Total mais o Patrimônio Líquido, pode-se dizer que nos três períodos analisados a cooperativa vem comprometendo menos de 20,0% do seu o Ativo total com capitais de terceiros, ou seja, nos anos de 2011, 2012 e 2013, 85,0%, 84,0% e 89,0% respectivamente de todo o Ativo foi financiado com recursos próprios. Neste caso fica evidente a tranquilidade financeira pela qual passa a CredCorreios.

4.2.1 Coeficiente de Capitais de Terceiros sobre os Capitais Próprios (CT/CP)

Avalia quanto foi utilizado de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio. “Quanto maior este índice, mais a empresa estará endividada, pois estaria utilizando mais capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio, tornando-a mais vulnerável a ficar insolvente.” Grande parte das empresas que vão à falência apresenta, durante um período relativamente longo, altos coeficientes de capitais de

terceiros/capital próprio” (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p. 145). Utiliza-se a seguinte fórmula

$$CT/CP = \frac{\text{Exigível Total}}{PL}$$

Capitais de Terceiros sobre os Capitais Próprios (CT/CP)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Exigível Total	427.276,92	0,18	527.951,71	0,19	397.838,04	0,13
Patrimônio Líquido	2.410.926,69		2.850.109,67		3.154.216,26	

A CredCorreios apresentou nos anos 2011, 2012 e 2013 uma relação de Capitais de Terceiros/Capital Próprio de 0,18, 0,19 e 0,13 respectivamente. Para cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido a cooperativa utiliza R\$ 0,18 de capitais de terceiros em 2011, R\$ 0,19 em 2012 e R\$ 0,13 em 2013.

A relação Capital Próprio/Capital de Terceiros, onde em 2011 foi de 1,85 em 2012 foi 1,84 e em 2013 foi de 1,88. Para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros há R\$ 1,85 de Capital Próprio como garantia em 2011, R\$ 1,84 em 2012 e R\$ 1,88 em 2013.

4.2.2 Coeficiente de Participação do Passivo Circulante sobre o Exigível Total – Endividamento Geral (PC/ET)

Identifica a proporção das dívidas de curto prazo em relação às dívidas totais (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 145), “esse coeficiente pode fornecer algumas indicações sobre como a entidade [...] está financiando sua expansão (se estiver se expandindo). A expansão deveria ser financiada por endividamento de longo prazo.” Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$PC/ET = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Passivo Circulante sobre o Exigível Total (PC/ET)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Passivo Circulante	427.276,92	1,00	527.951,71	1,00	397.838,04	1,00
Exigível Total	427.276,92		527.951,71		397.838,04	

A CredCorreios apresentou em 2011, 2012 e 2013 coeficientes iguais a 1,00 ou 100,0%. As dívidas totais da cooperativa venciam em curto prazo nos três anos

analisados. Nesse caso 100,0% dos Capitais de Terceiros venceram em Curto Prazo em 2013. Fica evidente que a cooperativa opera suas dívidas somente no curto prazo.

4.2.3 Coeficiente de Imobilização do Capital Próprio (ICP)

Este coeficiente indica o quanto do Capital Próprio da empresa está investido em ativos que permanecem por tempo indeterminado e, normalmente, servem para compor a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades da empresa. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$ICP = \frac{\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Imobilização do Capital Próprio (ICP)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Investimentos + Imobilizado + Intangível	63.184,85	0,03	85.429,66	0,03	83.189,77	0,03
Patrimônio Líquido	2.410.926,69		2.850.109,67		3.154.216,26	

A CredCorreios apresentava em 2011, um coeficiente de 0,03 ou 0,3%, o que significa que as imobilizações eram 97% inferiores que o montante do Capital Próprio. Nos anos de 2012 e 2013 manteve-se praticamente inalterado, onde conclui-se que a cooperativa consegue financiar suas imobilizações sem utilizar recursos de terceiros.

4.2.4 Coeficiente de Imobilização dos Recursos de Longo Prazo (IRLP)

Por meio deste coeficiente procura-se identificar o quanto de todos os capitais de longo prazo (Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido) a empresa está destinando aos investimentos nos ativos de caráter mais permanente, que servem, normalmente, para compor a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades. Quanto maior a parcela de capitais de longo prazo aplicado (investido) em Investimentos, Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, menor é a parcela de capitais que sobram para o financiamento do giro (Ativo Circulante). Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$IRLP = \frac{\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível}}{\text{Passivo Não Circulante} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Imobilização dos Recursos de Longo Prazo (IRLP)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Investimentos + Imobilizado + Intangível	63.184,85	0,03	85.429,66	0,03	83.189,77	0,03
Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido	2.410.926,69		2.850.109,67		3.154.216,26	

A CredCorreios apresentou nos três períodos analisados 2011, 2012 e 2013 os mesmos coeficientes já anteriormente citados, ou seja, foram iguais a 0,03 ou 0,3%, evidenciando novamente que não opera no Longo Prazo. Isso significa que as imobilizações eram 97% menores do que o montante dos recursos de longo prazo (inexistente nos três últimos anos), proporcionando um grande volume de capitais para financiar parte do giro (Ativo Circulante).

4.2.5 Quocientes de Rotatividade

“Os quocientes de rotatividade, também chamados de índices de giro, têm por objetivo geral medir a velocidade de renovação de recursos” (FERRARI, 2014, p. 111). “Expressam a velocidade com que determinados elementos patrimoniais se renovam durante certo período de tempo”. (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p. 146)

4.2.6 Prazo de Rotação do Ativo (Giro do Ativo)

O coeficiente denominado Prazo de Rotação do Ativo informa o número de vezes que o ativo da empresa “girou”, isto é, se renovou pelas vendas. Quanto maior for a rotação do ativo, melhores condições ela terá de dar cobertura às despesas, obtendo maior margem de lucro. Indica quanto a empresa obtém de receita de vendas para cada R\$ 1,00 de investimento total no ativo. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$GA = \frac{\text{Receita Líquida de Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

Prazo de Rotação do Ativo (PRA)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Receita Líquida de Vendas	593.898,23	0,21	825.007,70	0,24	613.355,81	0,17
Ativo Total	2.838.203,61		3.378.061,38		3.552.054,30	

Com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício da CredCorreios referente aos anos de 2011, 2012 e 2013, utilizando-se o valor do Ativo Total de cada ano, e não o valor médio se obtêm o coeficiente de 0,21 para 2011, de 0,24 para 2012 e 0,17 para 2013, ou seja, para cada R\$ 1,00 investido no ativo total da empresa, esta obtêm uma receita de vendas de R\$ 0,21 para 2011, e de R\$ 0,24 e R\$ 0,17 para 2012 e 2013 respectivamente.

4.2.7 Quocientes de Rentabilidade

Além da avaliação frente às vendas líquidas, o lucro obtido pela empresa pode ser medido em relação ao montante dos investimentos efetuados e dos capitais utilizados para gerá-lo. Da mesma forma como nos coeficientes de Lucratividade das vendas, multiplica-se o Coeficiente de Rentabilidade por 100 para obter-se sua expressão em percentagem. Na apuração destes coeficientes são utilizados valores do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício.

4.2.8 Coeficiente de Rentabilidade do Capital Social (CORCS)

O Coeficiente de Rentabilidade do Capital Social mede a proporção de lucro líquido obtido pela empresa em relação ao montante do seu Capital Social. Os acionistas/proprietários da empresa são os maiores interessados neste coeficiente, pois apresenta o resultado frente aos valores por eles investidos. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$CORCS = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Capital Social}}$$

Coeficiente de Rentabilidade do Capital Social (CORCS)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Líquido x 100	10.834.132,95	4,76	17.725.590,64	6,77	5.481.506,67	1,81
Capital Social	2.277.825,89		2.618.335,81		3.032.431,30	

Com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício da CredCorreios referente aos anos de 2011, 2012 e 2013, se obtêm os coeficientes de 4,76%, de 6,77% e de 1,81% respectivamente, ou seja, para cada R\$ 100,00 de Capital Social a cooperativa e os associados obtiveram um ganho de R\$ 4,76 em 2011, de R\$ 6,77 em 2012 e de R\$ 1,81 em 2013.

4.2.9 Coeficiente de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (CORPL)

O Coeficiente de Rentabilidade do Patrimônio Líquido mede o retorno obtido pelos proprietários em relação a sua participação efetiva na empresa (Capital Social + Reservas – Prejuízos Acumulados). Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$CORPL = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Coeficiente de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (CORPL)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Líquido x 100	10.834.132,95	4,49	17.725.590,64	6,22	5.481.506,67	1,74
Patrimônio Líquido	2.410.926,69		2.850.109,67		3.154.216,26	

Com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício da CredCorreios referente aos anos de 2011, 2012 e 2013, se obtêm os coeficientes de 4,49% para 2011, de 6,22% para 2012 e 1,74% em 2013. Para cada R\$ 1,00 investidos pelos associados na cooperativa, obteve-se um ganho de R\$ 0,04 em 2011 de R\$ 0,06 para 2012 e de R\$ 0,02 em 2013. Significa em média, que demorará 22, 16 e 58 anos respectivamente para os anos de 2011, 2012 e 2013 para que os associados recuperem seus investimentos.

4.3.0 Coeficiente de Rentabilidade do Ativo Total (CORAT)

O Coeficiente de Rentabilidade do Ativo Total é significativo, pois sua grandeza expressa o desempenho em relação ao gerenciamento dos ativos que foram investidos pela empresa. Este coeficiente mede a capacidade gerencial da empresa face à utilização de todo seu ativo como fonte potencial de geração de resultados, uma vez que os dirigentes utilizam tanto os valores circulantes, de longo prazo e fixos (infra-estrutura) para a consecução do lucro. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$CORAT = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$$

Coeficiente de Rentabilidade do Ativo Total (CORAT)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Líquido x 100	10.834.132,95	3,82	17.725.590,64	5,25	5.481.506,67	1,54
Ativo Total	2.838.203,61		3.378.061,38		3.552.054,30	

Com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício da CredCorreios referente aos anos de 2011, 2012 e 2013, se obtêm os coeficientes de 3,82% para 2011, de 5,25% para 2012 e de 1,54% para 2013. Considerando o investimento total igual a R\$ 100,00 com base na rentabilidade de 2011 a cooperativa teria um retorno deste investimento num prazo de 26 anos, para 2012 seriam 19 anos e para 2013 seriam 65 anos.

4.3.1 Quocientes de Lucratividade

Nos Coeficientes de Lucratividade relaciona-se o(s) lucro(s) de uma empresa com sua Receita Líquida para avaliar a formação dos resultados em momentos distintos, ou seja, depois de deduzido o custo para comercialização, às despesas da atividade e considerada a repercussão dos impostos.

4.3.2 Coeficiente de Lucro Operacional (COLO)

O Coeficiente do Lucro Bruto indica a margem de lucro bruto obtido sobre as vendas líquidas realizadas pela empresa. O resultado desta divisão é multiplicado por 100 para obter-se a expressão em percentagens. As informações necessárias para calcular este coeficiente, bem como os demais coeficientes de lucratividade das vendas, são obtidas na Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLO = \frac{\text{Lucro Operacional} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$$

Coeficiente de Lucro Operacional (COLO)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Operacional x 100	13.633.915,73	22,96	18.768.840,23	22,75	6.638.040,36	10,82
Receita Líquida	593.898,23		825.007,70		613.355,81	

A CredCorreios apresentou no ano de 2011 o coeficiente de lucro operacional de 22,96%, em 2012 de 22,75% e em 2013 foi de 10,82%, ou seja, para cada R\$

100,00 de vendas líquidas o lucro decorrente das atividades operacionais da cooperativa foi de R\$ 22,96 em 2011, de R\$ 22,75 em 2012 e de R\$ 10,82 em 2013. Observa-se uma tendência de piora neste coeficiente, que de 2011 para 2012 diminuiu o equivalente a 0,21 pontos percentuais e de 2012 para 2013 o diminuiu mais 11,93 pontos percentuais. Essa piora foi em decorrência do crescente aumento das Despesas Operacionais, associadas também ao aumento das Despesas de Intermediação Financeira que passaram de R\$ 101.881,60 em 2011 para R\$ 15.604,78 em 2012 e 119.248,14 em 2013. Observa-se também uma grande queda no Resultado Operacional passando de R\$ 187.688,40 em 2012 para R\$ 66.380,40 em 2013.

4.3.3 Coeficiente de Lucro Antes dos Impostos (COLAIR)

Este coeficiente indica a proporção do lucro obtido pela empresa antes de ser considerada a provisão para Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro. De certa forma, por meio deste coeficiente se está julgando o desempenho global da empresa, pois os resultados foram ajustados pelas Despesas e Receitas não Operacionais, que também formam o lucro da empresa. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLAIR = \frac{\text{Lucro Antes dos Impostos} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$$

Coeficiente de Lucros Antes dos Impostos (COLAIR)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Antes dos Impostos x 100	13.152.681,58	22,15	19.094.391,26	23,14	7.249.075,03	11,82
Receita Líquida	593.898,23		825.007,70		613.355,81	

No ano de 2011 a CredCorreios obteve um coeficiente de 22,15%, em 2012 aumentou para 23,14% e em 2013 esse coeficiente diminuiu para 11,82%, ou seja, para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas, restou como resultado final à cooperativa o equivalente a R\$ 22,15 em 2011, R\$ 23,14 em 2012 e de R\$ 11,82 em 2013. A grande diminuição apurada de 2012 para 2013 deveu-se não só pela diminuição do Resultado Bruto da Intermediação Financeira (Receita Líquida) que passou de R\$ 825.007,70 para R\$ 613.355,81, mas também devido ao acréscimo da Despesa da

Intermediação Financeira que passou de R\$ 15.604,78 em 2012 para R\$ 119.248,14 em 2013.

4.3.4 Coeficiente de Lucro Líquido (COLL)

O Coeficiente do Lucro Líquido revela o desempenho da empresa em função da vendas líquidas realizadas, já deduzida a carga tributária incidente (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro) e significa o ganho efetivo que a empresa tem ao realizar suas atividades. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$COLL = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Receita Líquida}}$$

Coeficiente de Lucro Líquido (COLL)						
	2011	Índice	2012	Índice	2013	Índice
Lucro Líquido x 100	10.834.132,95	18,24	17.725.590,64	21,49	5.481.506,67	8,94
Receita Líquida	593.898,23		825.007,70		613.355,81	

No ano de 2011, a CredCorreios obteve um ganho final de R\$ 18,24 para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas (Resultado Antes das Destinações); já em 2012, o ganho foi de R\$ 21,49 e em 2013 diminuiu para R\$ 8,94. A queda do Resultado Antes das Destinações de 2012 para 2013 passando de R\$ 177.255,91 para R\$ 54.815,07 deveu-se principalmente pelo aumento das Despesas de Intermediação Financeira que passou de R\$ 15.604,78 em 2012 para R\$ 119.248,14 em 2013, onde o que se destaca nessas despesas foi o aumento na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa que teve um aumento de 18,50% em 2013 comparado com 2012 (ver análise horizontal da DSPE).

4.3.5 Outros Demonstrativos e Sistemas de Análise da CredCorreios

4.3.6 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC é demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as alterações ocorridas nas disponibilidades de uma empresa, através da descrição dos fluxos de entradas de disponibilidades (recebimentos) e dos fluxos de saídas de disponibilidades (pagamentos) os quais são denominados de FLUXOS DE CAIXA. (Ferrari, 2014, p.311).


 COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ CNPJ: 87.956.355/0001-37 Av. Borges de Medeiros, nº 340 - Conj.61 - Centro - Porto Alegre/RS		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Natureza das Operações	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas Líquidas	54.815,07	177.255,91
Ajustes	-	-
Depreciação e Amortização	10.210,22	5.675,48
Aumento/Diminuição das Provisões de Crédito	38.037,86	(158.729,01)
Sub - Total	103.063,15	24.202,37
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais	-	-
Operações de Crédito Concedidas	107.348,08	(400.092,28)
Outros Créditos	(4.126,31)	(23.052,44)
Outros Valores e Bens	(1.305,14)	16.788,15
Aumento/Diminuição em Passivos Operacionais	-	-
Outras Obrigações	(194.494,05)	41.082,54
Depósitos a Prazo	34.133,70	10.047,76
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	44.619,42	(331.023,90)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Ativo Imobilizado	(9.781,97)	(30.876,61)
Baixa Imobilizado	-	4.588,08
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(9.781,97)	(26.288,54)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital Pelos Associados	374.506,83	365.594,09
Devolução de Capital	(133.614,22)	(222.846,04)
Incorporação de Sobras	76.243,82	47.296,22
Incorporação de Juros	152.483,75	91.640,13
Pagamento de Sobras Conforme AGO	(76.243,82)	(47.296,22)
Estorno de Créditos	7,56	3.785,96
Constituição de Fundos	(42.210,20)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	351.173,71	238.174,14
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	386.011,16	119.138,30
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	811.148,21	947.860,47
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.197.159,37	828.722,18

Tabela: 1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fonte: CredCorreios

4.3.7 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A elaboração da demonstração das mutações do Patrimônio Líquido é facultativa e, de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades Anônimas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados poderá ser incluída nesta demonstração. O Pronunciamento Conceitual Básico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) preceitua a DMPL como parte integrante das demonstrações contábeis.

Por ser uma demonstração mais completa e abrangente, uma vez que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro observam-se, anualmente, em virtude desse aspecto positivo, que a maioria das empresas opta pela sua elaboração.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO				
Período de 01/01/2013 à 31/12/2013				
Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros	Sobras a Disposição da AGO	Totais
Saldo em 31/12/2012	2.618.335,81	110.753,47	121.020,39	2.850.109,67
Integralização de Capital	374.506,82	-	-	374.506,82
Devolução de Capital	(133.614,22)	-	-	(133.614,22)
Incorporação de Sobras 2012	76.243,82	-	(118.454,02)	(42.210,20)
Incorporação de Juros Capital Próprio	152.483,75	-	-	152.483,75
Estorno de Créditos	-	7,56	-	7,56
Sobras do Período	-	-	54.815,07	54.815,07
Destinações	-	1.407,64	(42.850,13)	(41.442,49)
Fundo de Reservas	-	1.407,64	(1.407,64)	-
FATES	-	-	(0.703,82)	(0.703,82)
FATES Atos Não Cooperados	-	-	(40.738,66)	(40.738,66)
Saldo em 31/12/2013	3.032.431,30	109.820,02	11.964,94	3.154.216,26
Período de 01/01/2012 à 31/12/2012				
Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros	Sobras a Disposição da AGO	Totais
Saldo em 31/12/2011	2.277.825,89	86.995,25	46.105,53	2.410.926,67
Integralização de Capital	365.594,09	-	-	365.594,09
Devolução de Capital	(222.846,04)	-	-	(222.846,04)
Incorporação de Sobras 2012	47.296,22	-	(47.296,22)	-
Incorporação de Juros Capital Próprio	91.640,13	-	-	91.640,13
Estorno de Créditos	-	3.785,96	-	3.785,96
Sobras do Período	-	-	177.255,91	177.255,91
Destinações	-	17.725,58	(56.235,52)	(38.509,93)
Fundo de Reservas	-	17.725,58	(17.725,58)	-
FATES	-	-	(8.862,79)	(8.862,79)
FATES Atos Não Cooperados	-	-	(29.647,15)	(29.647,15)
Saldo em 31/12/2012	2.618.335,81	110.753,47	121.020,39	2.850.109,67

Tabela: 1.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Fonte: CredCorreios

4.3.8 SIARI – Sistema de Avaliação de Risco Interno

Existe atualmente na cooperativa o Comitê de Análise de Risco que está ligado diretamente ao Conselho de Administração. Esse Comitê se reúne mensalmente, a fim de avaliar as contas extraídas dos demonstrativos contábeis, bem como das demais relatórios gerenciais disponíveis na entidade. Os trabalhos do comitê são basicamente realizados através do SIARI – Sistema de Avaliação de Risco Interno, que é um instrumento de uso interno da cooperativa que possibilita mensurar, através de indicadores específicos, os diversos riscos inerentes a instituição.

Esse sistema tem por objetivo atender a normativos legais, acompanhar a gestão da cooperativa, demonstrar maior transparência, manter a credibilidade da cooperativa junto ao quadro associativo e detectar, tempestivamente, os futuros riscos.

O risco nesse caso é definido como uma medida de incerteza associada aos retornos esperados de investimentos. O risco está presente na rotina de qualquer investimento, financeiro ou não.

O SIARI avalia a gestão da cooperativa em quatro grupos:

1. **Qualidade dos ativos** - São avaliados a qualidade da carteira de crédito, os níveis de provisões constituídas, a concentração dos devedores em relação a carteira de crédito e os riscos das aplicações financeiras;
2. **Capitalização e liquidez** – São avaliados a liquidez dos depósitos, os requisitos mínimos de capital (Basiléia II) e o nível de aplicação no ativo imobilizado;
3. **Rentabilidade e custos** – São avaliados os índices de retorno sobre o capital investido, as despesas administrativas sobre o ativo e a eficiência operacional;
4. **Controles internos e auditoria** – São avaliados a aderência da cooperativa aos controles internos e a avaliação da auditoria interna.

Através da aplicação na íntegra do referido sistema, é possível através de índices objetivos, definir o nível de risco da CredCorreios com identificação das áreas com maior ou menor eficácia.

Os resultados apresentados pelo SIARI juntamente com os índices e indicadores levantados através da análise dos Balanços Patrimoniais e demonstrativos de resultado, possibilitarão uma melhor compreensão do todo da gestão da cooperativa. Sua atuação, bem como sua trajetória e tendências futuras.

Pretende-se juntar estas duas técnicas afim de melhor identificar os pontos fortes e pontos fracos da cooperativa, para que possam auxiliar na definição de novas estratégias e que também possa auxiliar na implantação da gestão corporativa.

As informações a seguir foram extraídas da 32ª Reunião do Comitê de Análise e Gestão do Risco da CredCorreios que ocorreu em 31/12/2013.

A seguir temos o Mapa de Análise do Risco de Novembro e Dezembro/2013, compreendendo os relatórios: Demonstrativo do cálculo do Risco, do Patrimônio de Referência e dos Limites Operacionais. A cooperativa estava enquadrada em todos os limites operacionais (concessão de crédito, investimentos, ativo permanente, aplicações em títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido exigível)

4.3.9 Mapa Geral de Risco

Conforme demonstrativo do cálculo do risco, a CredCorreios apresentou a seguinte pontuação:

SIARI - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO - CORREIOS															
AVALIAÇÃO MENSAL															
		JULHO		AGOSTO		SET.		OUTUBRO		NOV		DEZ.		media	
PONTOS ANALISADOS/ NÍVEL DE RISCO		Índice	Nota	Índice	Nota	Índice	Nota	Índice	Nota	Índice	Nota	Índice	Nota	Índice	Nota
1	QUALIDADE DOS ATIVOS														
1.1	Índice de Risco AA-A-B-C	93,41%	1,75	93,68%	1,75	92,89%	3,50	93,47%	1,75	93,02%	1,75	92,08%	3,50	93,09%	1,75
1.2	Índice do Risco da Carteira	4,05%	7,88	3,88%	5,25	3,96%	5,25	3,33%	5,25	3,82%	5,25	5,02%	10,50	4,01%	6,56
1.3	Índice de Concentração 10 maiores	11,36%	0,00	12,17%	0,00	11,86%	0,00	9,99%	0,00	9,88%	0,00	9,63%	0,00	10,82%	0,00
1.4	Investimentos Renda Fixa	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00
2	CAPITALIZAÇÃO E LIQUIDEZ														0,00
2.1	Índice de Liquidez dos Depósitos	486,79%	0,00	317,31%	0,00	346,24%	0,00	400,36%	0,00	457,91%	0,00	531,82%	0,00	423,40%	0,00
2.2	Índice da Basileia	89,73%	0,00	97,08%	0,00	95,78%	0,00	96,64%	0,00	97,58%	0,00	94,13%	0,00	95,16%	0,00
2.3	Índice de Imobilização / PR	2,68%	0,00	2,74%	0,00	2,70%	0,00	2,65%	0,00	2,63%	0,00	2,64%	0,00	2,67%	0,00
3	RENTABILIDADE E CUSTOS														0,00
3.1	Retorno s/Capital Médio	5,25%	6,00	3,12%	8,00	3,38%	8,00	4,11%	6,00	4,20%	6,00	0,00%	8,00	3,34%	7,00
3.2	Despesas Fixas / Ativos	7,56%	2,00	9,16%	3,00	10,40%	3,00	14,10%	4,00	14,31%	4,00	14,34%	4,00	11,65%	3,33
3.3	Custo Operacional	62,81%	6,00	68,21%	6,00	69,53%	6,00	71,17%	8,00	73,04%	8,00	74,47%	8,00	69,87%	7,00
4	CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA														
4.1	Nota da Auditoria - Controles e Risco	6,00	7,50	6,00	7,50	6,00	7,50	6,00	7,50	6,00	7,50	6,00	7,50	6,00	7,50
AVALIAÇÃO															
SOMA DAS REDUÇÃO-->			31,13		31,50		33,25		32,50		32,50		41,50		33,73
NOTA-->			68,88		68,50		66,75		67,50		67,50		58,50		66,27
RISCO-->			R-III		R-III		R-III		R-III		R-III		R-IV		R-III
CONCEITO-->			MRLP		MRLP		MRLP		MRLP		MRLP		MRMP		MRLP

Tabela: 1.6 – Mapa Geral de Risco

Fonte: CredCorreios – Comitê de Análise e Gestão do Risco

Verifica-se redução na pontuação de 67,50 em Novembro para 58,50 em Dezembro, com conseqüente aumento no nível de risco. Havendo migração do nível III. (Médio Risco no Longo Prazo) para o nível IV (Médio Risco no Médio Prazo). O aumento no risco foi conseqüência da elevação na provisão da carteira de crédito, devido a problemas operacionais no desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos com vencimento em dezembro.

4.4.0 Inadimplência

Quanto à inadimplência, verificou-se que ocorreu, quando se analisa o título, significativo aumento (pelos motivos acima comentados) 3,79% em Novembro para 10,58% em Dezembro. Analisando as parcelas em atraso (valores efetivamente atrasados) a variação foi de 2,03% em Novembro para 2,05% em Dezembro.

	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DEZMAIORES DEVEDORES	251.192,00	246.713,00	240.293,00	246.577,30	256.642,66	247.884,38	286.834,00	275.490,00	225.604,00	219.805,00	215.731,00
MAIOR DEVEDOR INDIVIDUAL	90.994,00	88.929,00	82.536,00	80.366,03	78.141,55	75.861,00	77.756,00	71.128,00	28.319,00	27.756,00	26.981,00
ATRASOS	216.183,00	212.617,00	137.181,00	138.457,09	122.924,91	99.073,58	91.152,00	77.258,00	57.478,00	84.314,00	236.953,00
15 a 30 dias B	60.420,00	56.351,00	0,00	0,00	22.220,96	0,00	23.296,00	0,00	2.323,00	23.871,00	4.965,00
31 a 60 dias C	11.825,00	39.089,00	11.509,00	34.960,85	6.739,95	27.130,90	0,00	17.623,00	17.334,00	15.728,00	138.475,00
61 a 90 dias D	65.747,00	37.835,00	58.681,00	6.280,39	0,00	6.605,36	7.456,00	13.900,00	8.016,00	281,00	9.991,00
91 a 120 dias E	1.185,00	19.684,00	6.737,00	28.252,08	11.335,78	6.971,59	8.618,00	4.483,00	4.653,00	2.272,00	31.090,00
121 a 150 dias F	8.265,00	1.185,00	10.658,00	6.737,32	19.607,05	6.930,21	6.560,00	7.292,00	2.588,00	2.158,00	3.277,00
151 a 180 dias G	7.168,00	8.265,00	1.125,00	10.657,79	6.737,32	8.516,33	4.229,00	3.859,00	1.254,00	2.589,00	0,00
Mais de 180 dias H	61.573,00	50.208,00	48.471,00	51.568,66	56.283,85	42.919,19	40.993,00	30.101,00	21.310,00	37.415,00	49.155,00
TOTAL	216.183,00	212.617,00	137.181,00	138.457,09	122.924,91	99.073,58	91.152,00	77.258,00	57.478,00	84.314,00	236.953,00
TOTAL CARTEIRA	2.380.603,00	2.322.749,00	2.262.246,00	2.261.894,43	2.305.448,52	2.261.176,19	2.356.887,00	2.323.126,00	2.257.353,00	2.224.656,00	2.239.872,00
% Inadimplência TITULOS	9,08%	9,15%	6,06%	6,12%	5,33%	4,38%	3,87%	3,33%	2,55%	3,79%	10,58%
Inadimplência na parcela	83.653,00	65.694,00	34.162,00	31.308,13	50.123,87	28.524,28	37.980,82	31.492,00	40.284,00	45.175,00	45.834,00
	3,51%	2,83%	1,51%	1,38%	2,17%	1,26%	1,61%	1,36%	1,78%	2,03%	2,05%

Tabela: 1.7 – Inadimplentes

Fonte: CredCorreios – Comitê de Análise e Gestão do Risco

4.4.1 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são efetuadas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e de Baixo Risco, conforme demonstrado abaixo:

BB - RF LP 90 MIL + COOPCRED DI				
MESES	VALOR	RENDIMENTOS	GANHO	CDI
MAIO	437.557,87	560,43	0,6434%	0,7300%
JUNHO	485.472,90	2.874,14	0,5872%	0,6390%
JULHO	518.693,73	3.401,98	0,6183%	0,6750%
AGOSTO	421.973,31	3.275,08	0,6447%	0,6865%
SETEMBRO	454.301,32	2.220,22	0,5092%	0,5372%
OUTUBRO	456.936,16	2.634,84	0,5952%	0,6072%
NOVEMBRO	496.885,96	2.288,60	0,5006%	0,5444%
DEZEMBRO	762.094,02	2.784,65	0,5075%	0,5342%
JANEIRO	706.517,38	3.750,92	0,5508%	0,5598%
FEVEREIRO	603.019,00	2.593,00	0,4282%	0,4815%
MARÇO	703.035,00	3.626,00	0,5046%	0,5377%
ABRIL	793.806,47	4.323,88	0,5623%	0,6008%
MAIO	672.830,89	3.926,97	0,5159%	0,5848%
JUNHO	670.360,43	4.223,09	0,5744%	0,5920%
JULHO	684.551,10	5.205,80	0,7248%	0,7087%
AGOSTO	638.731,77	4.180,67	0,6582%	0,6957%
SETEMBRO	406.384,80	2.653,03	0,7221%	0,6991%
OUTUBRO	467.483,99	3.524,22	0,7980%	0,8003%
NOVEMBRO	551.403,30	3.919,31	0,5937%	0,7105%
DEZEMBRO	759.973,20	5.117,25	0,7921%	0,7803%
TOTAL			12,0312%	12,7047%
CEF - FIC SIGMA REF DI - 10731794/0001-17				
MESES	VALOR	RENDIMENTOS	GANHO	CDI
SETEMBRO	301.843,03	1.843,03	0,6799%	0,6991%
OUTUBRO	304.166,28	2.323,25	0,7697%	0,8003%
NOVEMBRO	306.248,66	2.082,38	0,6846%	0,7105%
DEZEMBRO	308.564,99	2.316,33	75,6400%	0,7803%

Tabela: 1.8 – Aplicações Financeiras

Fonte: CredCorreios – Comitê de Análise e Gestão do Risco

4.4.2 Movimentação de associados, empréstimos, capital social e despesas administrativas

Verificamos que, no exercício de 2013 até Setembro o ingresso de associados evoluía satisfatoriamente, porém no mês de Outubro a saída de associados foi maior que o ingresso. Voltou a ficar positivo (mais ingressos do que saídas) nos meses de Novembro e Dezembro.

MESES	ASSOCIADOS			EMPRESTIMOS	variação	CAPITAL	Variação	APL. FIN.	DESP. ADM.
	Admitidos	Desligados	Saldo						
				XXXXXX		XXX		XXXXX	
Janeiro	31	0	31	2.412.704	100,00%	2.453.883	100,00%	706.094	
Fevereiro	16	0	16	2.393.701	99,21%	2.479.778	101,06%	603.019	
Março	7	0	7	2.335.846	97,58%	2.480.528	100,03%	703.035	
Abril	16	4	12	2.277.200	97,49%	2.584.234	104,18%	793.806	
Maio	34	3	31	2.261.894	99,33%	2.677.200	103,60%	672.830	54.576
Junho	28	2	26	2.305.521	101,93%	2.753.934	102,87%	700.370	21.093
Julho	20	1	19	2.384.810	103,44%	2.779.283	100,92%	727.863	45.395
Agosto	11	2	9	2.356.887	98,83%	2.805.358	100,94%	671.732	57.198
Setembro	21	0	21	2.323.126	98,57%	2.810.215	100,17%	742.451	43.849
Outubro	8	9	-1	2.257.353	97,17%	2.832.412	100,79%	806.057	46.920
Novembro	20	3	17	2.224.656	98,55%	2.845.382	100,46%	920.090	48.454
Dezembro	20	4	16	2.239.872	100,68%	2.873.642	100,99%	1.130.915	43.826
SOMA	232	28	204						

Tabela: 1.9 – Movimento dos Associados

Fonte: CredCorreios – Comitê de Análise e Gestão do Risco

5 CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO

Considerando todos os dados apresentados, através das Análises Horizontais e Verticais, pelos indicadores e mais os dados extraídos do Comitê de Análise de Risco, conclui-se que a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários dos Correios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – CredCorreios encontra-se em uma boa situação financeira, estrutura de capital acima do limite de participação de capital de terceiros nos três períodos analisados, onde todo o Ativo foi financiado com recursos próprios. O Resultado Operacional vem decrescendo nos períodos analisados, onde o principal fator que influenciou esta tendência negativa foram as Despesas Operacionais, destacando-se nessas as Despesas Administrativas e Despesas de Pessoal. A queda do Resultado Antes das Destinações de 2012 para 2013 deveu-se principalmente pelo aumento das Despesas de Intermediação Financeira destacando-se a Provisão de expectativa para Crédito de Liquidação Duvidosa que teve um aumento de 18,50% em 2013 comparado com 2012.

Considerando que a cooperativa fechou o ano de 2013 com uma sobra de mais de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para emprestar, aplicado em títulos e valores mobiliários, podemos afirmar que sua situação geral é boa. Juntamente com o Relatório do Comitê de Análise de Risco ficou evidente seu baixo número de associados, que levou a cooperativa a reestruturar seu estatuto, abrindo a possibilidade de ingresso não só para funcionários de ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mas também para seus dependentes entre outros. Dentro desse quadro verificou-se a preocupação de CredCorreios em também ampliar sua área de atuação, expandindo-se para outros estados.

Verifica-se nesse sentido que a Gestão está atenta para os resultados apresentados e tem agido de forma coerente e responsável, aplicando da melhor forma a autogestão corporativa, e seguindo rigorosamente as deliberações emanadas nas assembleias dos associados, e principalmente tem respeitado as orientações dos Comitês de Análise e do Conselho Fiscal.

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**/ Conselho Federal de Contabilidade. – 3. ed. -- Brasília: CFC, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática** – São Paulo: Atlas 1998, 273 p.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de Metodologia**, 3ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2001, 125 p.

FERRARI, Ed Luiz. **Análise das demonstrações contábeis**, Rio de Janeiro: Impetus, 2014, 381 p.

FIDEL, Raya (1992). **The case study method: a case study**, In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. Qualitative research in information management. Englewood, CO: LibrariesUnlimited, 238 p. p.37-50.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Lei complementar nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> . Acessado em 10 de jun 2014 às 15:00 horas

Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm>. Acessado em 10 de jun 2014 às 15:00 horas.

Manual de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/contabilidade>> Acessado em: 04 de outubro de 2014 Às 22:00 horas.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. Ed. – 2. reimpr. -São Paulo: Atlas, 2010, 289 p.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

OCB – Organização das Cooperativas de Crédito do Brasil. Cooperativas de crédito e seus impactos sociais – a estrutura do cooperativismo de crédito brasileiro. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario.../trab_50.pdf> Acessado em 10 de jun 2014 às 16:00 horas

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007

PADOVEZE, Clóvis Luís; DE BENEDICTO, GideonCarvalho. **Análise das demonstrações financeiras**, 3ª Edição, São Paulo: Cengage Learning, 2010, 298 p.

PONTE, João Pedro (2006). **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e atualizada de um artigo anterior: PONTE, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. Quadrante, 3(1), pp3-18. (re-publicado com autorização)

Portal da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ademonstracaodosfluxos.htm>>Acessado em: 04 de outubro de 2014 Às 22:00 horas.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**/ Osni Moura Ribeiro – 8.ed., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ZANLUCA, Júlio César. **Manual das Cooperativas** – a contabilidade das sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadecooperativas.htm>> > Acessado em 10 de jun 2014 às 16:00 horas